

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO
PROJETO CONEXÃO LOCAL

Relatório Final

O CAMINHO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA CLASSE MÉDIA RURAL
BRASILEIRA: A EDUCAÇÃO E O COOPERATIVISMO COMO FERRAMENTAS DE
MUDANÇA. UM OLHAR A PARTIR DA EXPERIÊNCIA EM PATOS DE MINAS - MG

ALUNOS:

Pedro Tufic Silveira Bouchabki
João Tavares Casimiro

SUPERVISOR:

Larissa Marchiori Pacheco

Conexão Local - 2017

RESUMO:

[INTRODUÇÃO]: O objetivo dessa pesquisa é investigar o contexto social, político e econômico que envolve a temática de agricultura familiar na região de Patos de Minas e como ela infringe na tentativa dos pequenos agricultores de diversificar e aumentar suas produções, seja através de cooperativas ou de iniciativas empreendedoras. [METODOLOGIA]: O trabalho foi elaborado a partir de registros diários de campo, de entrevistas semi-estruturadas realizadas tanto com diversos funcionários da máquina pública local (como prefeito, secretário de Governo e interino de Agricultura), Diretores da Secretaria de Agricultura, assessor especial de desenvolvimento econômico, servidores do Serviço de Inspeção Municipal, vereadores, servidores do Sistema S) como com agricultores familiares, além de professores universitários de extensão e pesquisa e outras pessoas envolvidas na temática da agropecuária mineira. [DESENVOLVIMENTO]: Durante três semanas a dupla teve a oportunidade de estar imersa na realidade da produção rural familiar em Patos de Minas. A experiência, na sua primeira semana, foi caracterizada por encontros e reuniões com os idealizadores do Projeto POMAR e posteriormente com alguns servidores públicos, visando entender em que etapa do processo o Projeto se encontrava e quais eram os esforços do poder público local para a promoção de uma melhor qualidade de vida e de desenvolvimento econômico sustentável dos agricultores familiares. Na segunda semana a programação foi estruturada para que pudessemos investigar quais eram as iniciativas da prefeitura no âmbito legislativo, além de nos reunirmos com representantes de entes do Sistema S (Sebrae-MG, Senar e Emater-MG) e de cooperativas regionais (Coopatos) para melhor entendimento de onde o projeto e seu público alvo se contextualizavam. Por último, procuramos direcionar nosso olhar ao campo em questão, ao pequeno produtor rural e nos elementos constituintes do seu ambiente, como a escola agrotécnica. [CONCLUSÃO]: A dupla evidenciou, através de observação empírica balizada pelas ideias do Projeto POMAR, a carência de políticas públicas a qual está sujeito o rural brasileiro, em especial os pequenos produtores familiares da região de Patos de Minas-MG. Nesse ínterim, a situação da administração pública local é não só incapaz mas contraproducente na elaboração e execução de políticas inovadoras que busquem combater o êxodo rural na região e consolidar uma classe média rural, de pessoas educadas no campo para lá permanecerem. Como proposições, a dupla destaca a associação em cooperativa e o investimento público em escolas agrotécnicas como dispositivos providenciais para a construção, desenvolvimento e a consolidação de uma classe média rural sustentável.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaríamos de agradecer ao GVPesquisa da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, em especial à Isolete Rogeski e Daniela Mansour, por todo o suporte e estrutura oferecidos e que proporcionaram uma experiência enriquecedora, nos aspectos acadêmicos, pessoais, intelectuais, profissionais e humanos. Agradecemos também os professores Amon de Barros e André Silva, responsáveis pela nosso desenvolvimento e preparação para os processos de imersão/pesquisa de campo e elaboração dos relatórios parcial e final; as habilidades desenvolvidas e adquiridas terão grande valor na nossa trajetória acadêmica e o amparo por vocês dado tanto nos momentos antecessores como sucessores da imersão teve extrema importância.

Agradecemos Peterson Gandolfi, professor e pró-reitor de extensão da UFU - campus Patos de Minas, Rodrigo Aparecido Moraes de Souza, professor da graduação de Engenharia de Alimentos da UFU e idealizador e coordenador do Projeto POMAR, Victor Araújo, graduando em Engenharia de Alimentos e colaborador bolsista do programa por toda a recepção, atenção e suporte dados durante nossa estadia em Patos de Minas, tornando o ambiente favorável e propício para nossa investigação.

Um agradecimento à Comunidade Baixadinha dos Gonçalves por toda abertura e receptividade, e um especial ao casal Dona Maria e Seu Zalim, chefes de família, “grandes” pequenos produtores, empreendedores e exemplos de luta, resiliência e determinação, que em pouco tempo de convívio transmitiram-nos conhecimentos que serão muito bem guardados e aplicados até o final de nossas vidas.

Um agradecimento especial a Kleiber Ronan, funcionário do Serviço de Inspeção Municipal de Patos de Minas com 23 anos de experiência na área pública. Um exemplo de servidor público, de cidadão e de homem de caráter, cuja conduta nos ensinou muito sobre as atividades nas esferas públicas e o uso da máquina pública como ferramenta de transformação social.

Manifestamos nosso sincero agradecimento a todos aqueles que abdicaram de seus afazeres e de suas rotinas para dedicar um tempo a enriquecer nossa pesquisa: José Eustáquio Rodrigues Alves, prefeito de Patos; Edno Brito, Secretário de Governo e Secretário interino de Agricultura, Pecuária, Infraestrutura Rural e Abastecimento; Ana Maria Siqueira, chefe de gabinete da prefeitura; André Franco, assessor especial de desenvolvimento econômico da prefeitura; João Paulo Rodrigues Ferreira, diretor de Agricultura, Pecuária e Abastecimento da Secretaria de Agricultura e diretor do CEASA Patos; Fernando, diretor de Indústria, Comércio e Serviços; Francisco Carlos Frechiani, vereador e presidente da Câmara Municipal dos Vereadores de Patos; “Béia” Savassi, ex-prefeita, vereadora mais votada atualmente e presidente da Comissão de Agropecuária da Câmara dos Vereadores de Patos; Darlan Cunha, engenheiro agrônomo pela Universidade Federal de Viçosa e colaborador do Projeto POMAR; Carlos Jair da Silva, presidente da Comissão Gestora da Feira dos Pequenos Produtores; Marina, funcionária do Serviço de Inspeção Municipal e Victor, fiscal do SIM; Denilse, Diretora e Coordenadora regional do SEBRAE-MG; Marli Cambraia, extensionista da EMATER-MG; Paulo Roberto, extensionista agropecuário da EMATER-MG e Sérgio Glicério, Gerente Regional da EMATER-MG em Patos; Matheus Gomes, assessor do reitor da UFU no campus de Patos de Minas; Carlos Eduardo Oliveira, diretor de operações, dono da destilaria Leblon e membro da Baixadinha dos Gonçalves; Adriano Wagner Camargos, gerente comercial da cooperativa Coopatos; Adenilse dos Santos, assistente do SEBRAE-MG; os professores doutores de economia política da FGV Gustavo Andrey Fernandes e Marcos Fernandes; Andalecio Silvério, servidor municipal e idealizador da Sala do Empreendedor Mineiro em parceria com o SEBRAE-MG; Mario Milano, Diretor da Escola Agrotécnica de Patos de Minas; Doutor Anair Maria Bontempo, professor de Zootecnia da Escola Agrotécnica e Moacir Antônio, professor de construções e instalações rurais da Escola Agrotécnica.

E, por último, gostaríamos de agradecer à Larissa Marchioni Pacheco, doutoranda pela FGV, pelo auxílio dado antes, durante e depois da experiência, sempre nos ensinando, aconselhando e mostrando as melhores alternativas e fazendo com que não perdêssemos o foco e continuássemos a realizar o que nos

propusemos a fazer, de maneira delicada, majestosa e didática, tornando até os momentos mais apreensivos e reflexivos em episódios de aprendizado e evolução.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1. Introdução..... | 7 |
| 2. Contextualização..... | 9 |
| 2.1. História de Patos de Minas e disputa política atual | |
| 2.2. Patos de Minas hoje | |
| 2.3. A prefeitura | |
| 2.4. Órgãos públicos envolvidos | |
| 2.5. Universidade Federal de Uberlândia e o Projeto POMAR | |
| 3. Metodologia..... | 16 |
| 3.1. Estudo de Caso | |
| 3.2. Complementação Teórica | |
| 3.3. Levantamento: 24 produtores do CEASA Patos | |
| 4. A imersão em narrativa..... | 19 |
| 4.1. Como o POMAR ajudou a estruturar a cadeia produtiva dos agricultores familiares? | |
| 4.2. O POMAR não é efetivo. É por falta de vontade política? | |
| 4.3. O êxodo rural realmente existe? Ele é ruim? | |
| 4.4. A cidade talvez seja melhor. Mas o que fazer com o campo? | |
| 4.5. Políticas públicas para o desenvolvimento de uma classe média rural no Brasil | |
| 5. Considerações Finais..... | 36 |
| 6. Referências Bibliográficas..... | 38 |

INTRODUÇÃO

A conjuntura econômica e política brasileira não pode ser compreendida sem o olhar histórico crítico e depurado sobre os ciclos econômicos pautados pelas riquezas agrícolas e a prática perversa da escravidão coadunados com os conceitos do coronelismo, do clientelismo e do patrimonialismo, que influenciaram diretamente a estruturação do Estado brasileiro e a formação de uma sociabilidade tênue marcada pela miséria e por fortes disparidades e desigualdades sociais, econômicas e políticas.

O Brasil ainda é caracterizado economicamente por ser um dos maiores produtores e exportadores de *commodities*, onde o latifúndio e o agronegócio são elementos impulsionadores da economia nacional, enquanto a *agricultura familiar* é renegada a um papel de segundo escalão, em condições historicamente mais complexas - no que tange ao conflito permanente pela posse das terras, pela subsistência e as condições do trabalho e salários nas pequenas e médias propriedades - sendo geralmente responsável pelo abastecimento interno e pelo baixo valor agregado.

O Estado e a máquina pública brasileira foram historicamente marcados por uma lógica que utilizou-os como ferramentas de manutenção do poder e das alianças de certos grupos mantenedores de interesses comuns, que distanciados do povo e da noção de República, se revezaram e se perpetuaram no controle do governo e do interesse nacional, impondo agendas públicas próprias tanto em períodos de exceção quanto em períodos democráticos, blindados das pressões populares e da opinião pública.

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) no Congresso Nacional, também denominada Bancada Ruralista, ainda denota enorme influência nas discussões, articulações e negociações sobre as políticas públicas traçadas sobre os assuntos rurais - refletindo como o Estado brasileiro ainda debruça-se sobre tal dinâmica. Na Câmara dos Deputados, por exemplo, 207 dos 513 deputados integram-na. A FPA pauta-se na defesa de políticas públicas que estimulem o *agronegócio*, através da reivindicação e ampliação do financiamento rural e flexibilização da legislação trabalhista, além de posições contrárias acerca das

legislações ambientais e da reforma agrária, como assistido na implementação do novo Código Florestal Brasileiro em 2012.

O *Plano Safra 2017-2020*, anunciado recentemente, garante trinta bilhões de reais em créditos direcionados ao agronegócio. O PRONAF, *Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar*, reservou vinte e seis bilhões para financiamento de custeio, produção e investimento. Em termos gerais, a produção em larga escala, tecnificada e mecanizada, agrega valor, tem seu custo de produção reduzido e concentra renda. A agricultura familiar carece de tecnologia e mecanização, demandando mais mão de obra tradicional, encarecendo seu custo e fazendo com que seja mais difícil obter um produto com valor agregado. Dados do antigo *Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)*, extinto pelo governo Michel Temer, do ano de 2015, apontam que 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros são oriundos da agricultura familiar. Deste modo, presume-se que há uma disparidade quanto à divisão e priorização de políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento dos dois segmentos produtivos em questão.

O objetivo do trabalho é estudar, com caráter qualitativo e propositivo, “como o Estado brasileiro está estruturado para tratar da temática do *agronegócio* e da *agricultura familiar*”, considerando a transversalidade dessa questão com os aspectos de educação, assistência social, distribuição de renda e bem-estar social e a relevância de fenômenos como a sucessão familiar rural e mobilidade social e prosperidade econômica que, aparentemente para a dupla, revelavam-se como contra-pesos. Além da investigação acerca da atuação - ou ausência - do Estado para resolução de problemas dessa natureza pautada por uma agenda desenvolvimentista, que pense os referidos problemas através de uma lógica de médio-longo prazo e desenvolva políticas públicas transversais que dialoguem entre si com a finalidade de alcançar os objetivos propostos.

CONTEXTUALIZAÇÃO

História de Patos de Minas e disputa política atual

De acordo com registros históricos, Patos de Minas começou a ser povoada e colonizada a partir da segunda metade do século XVIII, com o florescer das atividades mineradoras na região. A vila foi fundada em 1866 e inicialmente habitada por lavradores e criadores de gado, havendo visitas constantes de tropeiros. A década de 1930 é tida como o período de maior desenvolvimento da cidade, pelas construções de escolas, centros educacionais, hospital e fórum, atribuindo uma infraestrutura mais adequada e elevando o suporte da cidade. Na época, o Estado de Minas Gerais era presidido por Olegário Dias Maciel, figura política regional local, um dos líderes da Revolução de 30, que culminou na chegada de Getúlio Vargas ao poder. Com um processo de desenvolvimento de cidade originado a partir dessas circunstâncias, dado os traços coronelistas, patrimonialistas e clientelistas que permeavam as relações sociais, políticas e econômicas no Brasil desde então, verifica-se, na trajetória histórica de Patos e em seu processo de construção, a intervenção direta da Família Dias Maciel, detentora de gerência política do município desde 1868, como aponta Ferreira da Silva (2011) em sua obra *“Entre Borges e Maciéis: aspectos do processo de construção da cidade republicana no interior de Minas Gerais. Cidade de Patos, 1870-1933”*.

Outro fato que evidencia a hegemonia da família no plano político da cidade e a disputa ideológica travada entre as famílias Maciel e Borges é a disposição dos bustos de Olegário Maciel e de Monsenhor Fleury (figura fortemente relacionada aos Borges) virados de costas um para o outro, na praça principal da cidade, na Avenida Getúlio Vargas. Essa disputa era desempenhada através das legendas do PSD (Borges) e UDN (Maciéis). A força política dos grupos, em especial dos Maciéis, evidencia-se até hoje: um dos municípios vizinhos denomina-se Presidente Olegário, e encontram-se inúmeras dependências públicas nomeadas em homenagem às famílias: Escola Estadual Professor Antônio Dias Maciel, Hospital Regional Antônio Dias Maciel, Fórum Olympio Borges, além do próprio museu da cidade, sediado na antiga Casa de Olegário Maciel, também na Avenida Getúlio Vargas. Vale ressaltar

que a família é detentora das atividades da UNIPAM, Universidade de Patos de Minas, e que a construção do campus de Patos de Minas da Universidade Federal de Uberlândia se deu graças a doação das dependências do local, que antes era a antiga prefeitura, pela família Maciel para a UFU, refletindo a forte influência que estendeu-se até hoje. Influência hoje exercida pelos herdeiros deste legado: Maria Beatriz Savassi e Elmiro Alves do Nascimento, ambos netos de Olegário Maciel e filiados ao Democratas (DEM). Beia é a atual vereadora mais votada e ex-prefeita. Elmiro, atual suplente de Aécio Neves no Senado, já foi prefeito de Patos de Minas e eleito deputado estadual por cinco mandatos, assim como seu pai, que foi prefeito e cinco vezes deputado estadual pela cidade.

Patos de Minas hoje

Atualmente Patos de Minas conta com 160 mil habitantes, dos quais 5% são considerados pobres, e pouco mais de 6% analfabetos. Com IDH de 0,765 (289º do Brasil e vigésimo do Estado), coeficiente de Gini de 0,50, renda per capita de R\$843,00 (dados de 2010), 92% da população encontra-se em áreas urbanas e 8% em ambiente rural. 99% das ruas são asfaltadas, 96% da população usufrui de saneamento básico, 98% de coleta de esgoto, e mais de 99% de coleta de lixo e energia elétrica. Deste modo, apesar de Patos ter sido considerada a capital do milho e ter sido caracterizada por muito tempo pela predominância de atividades agropecuárias, hoje a cidade é marcada pela presença e força dos serviços na região central, impulsionada pelas produções agrícolas de subsistência. A cidade é governada por José Eustáquio Rodrigues Alves, filiado ao DEM. Senhor Eustáquio já foi Secretário de Administração e vice-prefeito, além de ex-diretor da UNIPAM de 1998 a 2000, possuindo certa experiência na gestão pública local. É de suma importância ressaltar que Patos encontra-se em situação de calamidade financeira, a cidade não possui grande poder arrecadatório via tributos, e não possui nenhuma representação influente frente ao âmbito federal, como deputados federais ou senadores; dependendo de emendas parlamentares para a romper o engessamento da máquina pública municipal ou ficando a mercê das vontades e interesses do setor privado e das vontades políticas.

A prefeitura

A gestão do prefeito José Eustáquio assumiu a prefeitura em meio a uma situação financeira desfavorável: com orçamento anual em torno de R\$405 milhões, cuja metade destina-se a folha salarial de servidores; em meio a uma instabilidade econômica de nível nacional, com corte nos programas federais, diminuição de repasses para estados e municípios e estabelecimento de teto pros gastos públicos, Patos decretou no início de fevereiro status de calamidade financeira. Dois pontos pertinentes para a análise da estrutura da prefeitura foram levantados pelo próprio prefeito em entrevista que nos foi concedida: a arrecadação de 2016 e 2017 foi metade do que era esperado e a gestão passada, tida como desorganizada, não contribuiu para a entrega de um bom legado no que tange tanto a compilação de informações e documentos que facilitem o exercício de produção de políticas públicas num modo geral como na entrega de uma situação financeira saudável da prefeitura municipal. Deste modo, elencando como as principais dificuldades a dívida e a falta de recursos, Jose Eustaquio tomou as seguintes medidas neste ano de transição de gestão: visando a economia de recursos, procurou reservar cargos efetivos para servidores comissionados e priorizar funcionários de carreira, principalmente nos setores de educação, saúde, finanças e infraestrutura (obras) e superintendência. Segundo ele, nos cargos de segundo escalão (diretores), 81% são funcionários de carreira. Ainda decretou uma suspensão de contratações, com exceção nas áreas da saúde, educação e assistência social, reduzindo os cargos comissionados.

A prefeitura está consolidada através das Secretarias de Governo, de Administração, de Finanças e Orçamento, de Planejamento, Agricultura, Pecuária, Infraestrutura e Desenvolvimento Sustentável, de Infraestrutura; além das de Saúde, Educação, Desenvolvimento Social e Cultura, Turismo, Esporte e Lazer. Nota-se que as informações disponíveis no site da prefeitura não condizem com a estrutura atual da gestão; a mudança de organogramas e competências das pastas não são devidamente atualizadas, distanciando o cidadão patense do mínimo que se pode saber sobre as atividades da prefeitura. A dupla teve acesso aos organogramas e

descrições das competências das secretarias após ter solicitado formalmente os documentos na própria sede da prefeitura.

Deste modo, tivemos contato direto com duas pastas em especial: a Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Infraestrutura Rural e Desenvolvimento Sustentável, dividida em três diretorias: de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (cujo diretor, João Paulo, coordenada o CEASA (Central de Abastecimento de Patos); de Estradas Municipais Rurais e Obras de Artes; e de Indústria, Comércio e Serviços; e a Secretaria de Governo, que divide suas atividades entre o gabinete e a Secretaria de Financiamentos e Repasses. Um elemento fundamental para nossa análise é o fato de não haver, atualmente, um secretário de Agricultura. Hoje, Edno Brito, secretário de Governo, assume interinamente a pasta. José Eustáquio, em nosso encontro, foi indagado sobre o futuro secretário da pasta. Alegou sobre haver perspectivas para nomeação de alguém. Dois meses se passaram após o nosso encontro e a Secretaria de Agricultura ainda carece de alguém que dê as diretrizes da pasta; refletindo o grau de comprometimento e de priorização que a gestão atual atribui a ela.

Órgãos públicos envolvidos

Primeiramente, dada a explanação acerca do poder Executivo local, julgamos necessária uma breve abordagem acerca do poder Legislativo de Patos. Ela é composta por dezessete vereadores, dos quais seis pertencem ao Democratas, confirmando a hegemonia do grupo político local. As comissões permanentes da Casa são a de Legislação, Justiça e Redação (presidida por Otaviano Marques (DEM)); de Finanças, Orçamento e Tributos (presidida por Vicente de Paula (DEM)); de Abastecimento, Indústria, Comércio, Agropecuária e Defesa do Consumidor (presidida por Béia Savassi (DEM)); além das de Educação, Saúde Pública, Urbanismo, Direitos Humanos e Participação Popular. A Casa é presidida por Francisco Frechiani, também do Democratas.

Podemos classificar em dois grupos os tipos de órgãos públicos que tivemos contato durante nossa estadia. O primeiro, acerca dos quais tivemos algum tipo de contato real, como conversas informais/reuniões ou entrevistas semi estruturadas; o

segundo, tratam-se de entidades públicas relacionadas como objeto de estudo, mas o fato de não terem se feito presente em nossa experiência demonstra que desempenham papel secundário no que tange ao exercício do Estado brasileiro em atender as demandas da temática, especificamente em nosso estudo de caso.

Deste modo, os que compõem aquele grupo são as Universidade Federais de Uberlândia (campus Patos de Minas e Uberlândia) e de Viçosa pelo suporte ao Projeto POMAR através da incubadora da universidade; a Prefeitura Municipal de Patos de Minas, através da parceria das Secretarias Municipais de Agricultura, Pecuária, Infraestrutura Rural e Desenvolvimento Sustentável e de Governo com o programa, o Serviço de Inspeção Municipal, subordinado a Secretaria de Agricultura mas que desempenha papel ímpar na comercialização dos produtos dos pequenos produtores e o CEASA Patos também subordinado a mesma pasta; a Câmara dos Vereadores de Patos de Minas, que através de Francisco Frechiani e Béia Savassi contribuíram para a produção deste relatório, e a Escola Agrotécnica Afonso Queiroz, cujo contato foi valioso para nossa entendimento sobre o processo de educação e manutenção da identidade do campo. Além dos órgãos supracitados, o programa firmou parceria com três entidades do Sistema S (nome dado ao conjunto de nove instituições de interesse de categorias profissionais, previstas constitucionalmente): o SENAR, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, que propõe-se a oferecer cursos e programas de capacitação profissional e técnica gratuitos para a população rural, SEBRAE-MG, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, entidade que busca promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável de micro e pequenos empreendimentos, e a EMATER-MG, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, que é a maior empresa pública do setor no Brasil, promovendo para cerca de 400 mil agricultores serviços de assistência técnica e extensão rural e ligada a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado de Minas Gerais.

Constituindo o segundo grupo, a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário é a responsável por gerir o Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. A secretaria é subordinada à Casa Civil da Presidência da República, que detém certa relação de poder sobre outro importante órgão governamental: o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

(INCRA), responsável por realizar a reforma agrária e o ordenamento fundiário nacional. A respeito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (cujo fato de o ministro ser Mauro Blaggi, detentor de mais de 130 mil hectares de terra no Mato Grosso e figura icônica no agribusiness brasileiro, e refletir mais uma vez quais são as intenções do poder público com a utilização do aparato estatal público), é de suma importância ressaltar a existência dos seguintes órgãos vinculados à pasta: Secretaria de Defesa Agropecuária, Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo, Secretaria de Política Agrícola e Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio; além do Conselho Nacional de Política Agrícola como órgão colegiado.

A Universidade Federal de Uberlândia e o Projeto POMAR

O Projeto POMAR é um projeto de extensão do campus de Patos de Minas da Universidade Federal de Uberlândia, sendo portanto submetido aos procedimentos burocráticos de uma universidade federal, utilizando espaço físico e capital humano da própria universidade no desenvolvimento de suas atividades. O engajamento dos professores no projeto é voluntário, não acrescentando remuneração, ao passo que grande parte dos alunos envolvidos são beneficiários de bolsas do CAPES/CNPq devido o seu cerne de desenvolvimento científico. Dado que o campus de Patos responde à matriz em Uberlândia, todos os procedimentos adotados pelo projeto, que não possui CNPJ próprio, são feitos em nome da Universidade e devem sempre ser autorizados pela procuradoria e pela pró-reitoria da entidade, tornando o processo de formação de parcerias lento e desincentivador para os envolvidos.

O projeto, em seu início, tinha como objetivo estruturar a cadeia produtiva de fruticultura para agricultores familiares de três municípios do Alto do Paranaíba (Patos de Minas, Araxá e Patrocínio) através da assistência técnica e provimento de cursos e oficinas para plantio, colheita, escoamento e comercialização das cinco culturas mais produzidas no país: mamão, abacate, maracujá, banana e citrus (limão, laranja e tangerina). Esse objetivo foi traçado, segundo os idealizadores do Projeto, como uma alternativa para minimizar a falta de sucessão familiar rural,

fenômeno recorrente nos ambientes rurais desde o processo de industrialização e urbanização no Brasil.

O POMAR procurou diagnosticar um problema e sugerir uma solução para ele. O que foi verificado mais tarde por nós e confirmado pelos idealizadores do projeto, é a visualização parcial e imprecisa do problema. Após muitas reflexões, chegamos a conclusão que o projeto deveria ser dividido em três etapas: *mapeamento* (de mercado de cada cultura, de perfil e demanda dos produtores e de perfil e demandas dos filhos), *conhecimento* (quais cursos oferecer? para quem? através de quem? como? - ficou evidente ao longo da nossa experiência que o POMAR não teve êxito inclusive por oferecer um modelo de curso inviável para produtores que necessitam estar em suas propriedades de segundas a segundas-feiras, às três da manhã e três da tarde para produção de leite) e mercado (atrelado a primeira etapa, com o domínio sobre os mercados fica muito mais fácil atender às suas demandas).

É providencial para o entendimento do nosso processo reflexivo durante a produção do relatório explicitar que, apesar de o POMAR não ter conseguido desempenhar de maneira prática seus eixos de atuação, ele foi o responsável por provocar a reflexão na dupla sobre a vida (e as adversidades) do agricultor familiar e como o Estado brasileiro mostra-se atuante (ou não) diante de um papel de diminuidor das desigualdades e, logo, de transformador social. Quando essa reflexão roubou nossas atenções, nossa experiência em Patos passou a ter duas principais características (demonstrando, inclusive, nossa atuação como *pesquisadores-conversadores*, conceito a ser abordado na próxima seção): primeiramente, de viés exploratório e investigativo sobre a produção de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, e, em segundo plano, caráter consultivo, a medida que nos esforçávamos para compilar e aplicar nossos conhecimentos para a melhoria do Projeto POMAR e dos pequenos produtores da Comunidade da Baixadinha dos Gonçalves, que passou a ser o público alvo e foco central de atuação do POMAR depois de nossa estadia em Patos.

METODOLOGIA

O Projeto Conexão Local tem como proposta central submeter os participantes, graduandos, em contato direto por 3 semanas com alguma iniciativa inovadora de desenvolvimento econômico local e de gestão social, com foco nas temáticas de políticas públicas, combate à pobreza e promoção à cidadania. Foi um exercício de convívio constante com um contexto social, político, econômico e cultural completamente distinto do que pertence ao nosso cotidiano. Sabendo disso, procuramos explorar, a medida em que direcionávamos (e alterávamos) nosso recorte de pesquisa, todas as nuances constituintes da dinâmica da qual estávamos a frente, dado o perímetro limite do município de Patos de Minas - com exceção a uma visita a uma Folia de Santos Reis em Lagoa Formosa, município vizinho.

Em primeira instância, procuramos ter um olhar direcionado ao modo como o Estado brasileiro estruturava-se para a temática em questão, procurando colher relatos de servidores públicos das mais variadas ocupações da máquina pública, desde o Executivo, seus cargos eleitos e nomeados, como o Legislativo e de órgãos governamentais, em especial do sistema S. Num segundo momento, voltamos nossas atenções para quem faz a temática existir: os pequenos produtores. Assim, ficamos instalados na principal via da cidade, Avenida Getúlio Vargas, e nos reuníamos diariamente nas dependências do CIEPS, Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários, sediado na UFU - Patos de Minas, para direcionamento das nossas agendas.

Deste modo, o trabalho foi feito a partir dos registros de diário de campo, em que incluem-se mais de 18 horas de reuniões com os atores que conhecemos e nos envolvemos, mais de 17 horas de entrevistas semiestruturadas, além de 24 entrevistas semiestruturadas com pequenos comerciantes do CEASA Patos realizadas em 3 visitas, conversas informais com pequenos produtores em ida a Comunidade Baixadinha dos Gonçalves e em duas visitas a Feira de Pequenos Agricultores de Patos de Minas. Para complemento do nosso embasamento, procuramos realizar pesquisas com artigos acadêmicos para que elucidassem nosso pensamento sobre as questões das quais nos debruçamos.

O mecanismo utilizado pela dupla para análise e assimilação das informações e conhecimentos obtidos na imersão advém do conceito criado por Peter Spink denominado pesquisador-conversador. Spink (2008), em sua obra, constrói seu raciocínio baseado na premissa da existência de *lugares e micro-lugares*, tidos como eventos em sequência e considerados elementos-chave constituintes do cotidiano. Assume então que, tratando-se de pesquisa em psicologia social, deve-se atentar ao fato do “reposicionamento do pesquisador no cotidiano” como elemento de unidade em relação ao todo, dado ainda as re-descrições dos lugares, construindo um cenário dinâmico e mutável. Considerada a participação efetiva de todos os indivíduos envolvidos em certo cotidiano, Spink defende a ideia do pesquisador conversador em oposição a ideia de observador, que insere-se no *micro-lugar* mas limita-se à coleta de informações e à não interação.

Por último, gostaríamos de explicitar que trata-se de uma questão extremamente multilateral, que demanda um olhar atento, panorâmico e horizontal, ainda que profundo, para o seu entendimento estrutural. Assim, entendemos que um raciocínio caracterizado por esses mesmos atributos é a saída para a produção de soluções viáveis.

Estudo de Caso

A dupla teve como objeto de estudo de caso o Projeto Pomar, projeto de extensão da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) do campus de Patos de Minas que diagnosticou questões centrais sobre a vida rural brasileira, mais especificamente no contexto do sudeste do país, abordando de maneira propositiva os desafios da realidade local. Em uma imersão de campo de dezoito dias, a dupla debruçou-se na busca por respostas a anseios e questionamentos que surgiam e variavam conforme evoluía nossa compreensão sobre os problemas colocados e sobre a realidade local.

Durante toda a estadia em Patos de Minas, a principal fonte de informação foi a realização de entrevistas formais com gestores públicos, professores da Universidade, moradores do campo (agricultores familiares e parentes), políticos locais e personagens da região que, de alguma forma, tinham participação no

Projeto Pomar ou que julgávamos ser peça do complexo quebra-cabeça que tentamos desvendar. Composto as entrevistas formais não-estruturadas estão a maioria dos personagens da nossa história.

A despeito da intenção da dupla de produzir um relato qualitativo, optamos também por realizar uma série de 24 entrevistas semi-estruturadas com produtores rurais que utilizavam o CEASA patense para a comercialização dos seus produtos. A intenção das consultas foi a de trazer maior base quantitativa para o relatório, e seu resultado, **demonstrado em uma sessão específica do trabalho**, foi a corroboração das nossas hipóteses enquanto pesquisadores-observadores.

Complementação Teórica

Dado que durante o período em campo priorizamos absorver o máximo possível das nuances locais através de entrevistas e observação empírica, o trabalho depois do retorno a São Paulo concentrou-se em buscar referências acadêmicas que embasassem e elucidassem nossas opiniões e visões sobre o objeto observado. A fase de busca por dados secundários foi fortemente alicerçada por orientações de supervisores e pela composição de uma bibliografia de referência nas áreas estudadas.

Levantamento e Análise: 24 produtores do CEASA Patos de Minas

Foram entrevistados, durante três dias, vinte e quatro produtores rurais que comercializavam seus produtos na feira do CEASA Patos, que ocorria das 4 às 9 da manhã às segundas e quintas-feiras. A média de idade dos produtores é de 49,2 anos, e a média da área de suas propriedades equivale a 52 hectares. As mulheres representam apenas 8,3% dos entrevistados. Deles, 87,5% são casados, 91,5% residem com suas famílias, 62,5% são oriundos do município vizinho de Lagoa Formosa, que não possui Central de Abastecimento própria, e 12,5% são patenses. 96% dos produtores entrevistados acreditam que o modo de vida dos país foi alterado significativamente, se comparado com o modo de vida deles. A mesma incidência repete-se - para resposta negativa - quando a pergunta é se eles desejam

que os filhos tenham os mesmos modos de vida que eles tiveram/tem. 92% dos entrevistados desconhece qualquer tipo de curso/oficina oferecido pelo Governo ou terceiros, e só 4% desempenha atividade de monocultura. 87,5% dos agricultores creem que estrada ou segurança sejam as maiores carências do meio rural. Deles, 83% tem filhos, e 58% do total de entrevistados já tem filhos cursando o ensino superior. A respeito da inserção do jovem no mercado de trabalho, dos pais que têm os filhos se graduando, 78% (11 de 14) acreditam que os filhos não devam voltar a residir com os pais nos meios rurais; evidenciando para a dupla que o processo de êxodo rural jovem é algo que vem se consolidando ao longo de décadas, e que o ambiente rural revela-se extremamente não atraente para o jovem brasileiro.

A IMERSÃO EM NARRATIVA

Nossa experiência foi caracterizada por uma mudança constante de perguntas de pesquisa e de pautas de pesquisa de campo. Chegamos em Patos de Minas com uma visão de mundo, um entendimento sobre o tema e uma intenção de pesquisa. Conforme o tempo passava, nosso entendimento tornava-se mais rico e plural, nossas intenções de pesquisa mudavam, as questões reflexivas davam lugar a novas questões e a sensação que tínhamos é a de que estávamos a investigar o problema mais complexo da sociedade atual. Diante desta ocorrência, acreditamos que dividir a nossa experiência em fases/etapas (cada qual marcada por uma questão central) é a melhor estratégia para que a lógica de raciocínio que nos conduziu para a produção deste relatório seja compreendida da melhor maneira.

Como o POMAR ajudou a estruturar a cadeia produtiva dos agricultores familiares?

Quando desembarcamos em Patos de Minas, todas as informações que tínhamos sobre o Projeto POMAR eram as que se encontravam online, no site da entidade. Até então esperávamos encontrar um projeto relativamente estruturado, operando em três cidades da região do Alto Parnaíba (como proposto pelo projeto piloto) e com capacidade de operação nas diversas áreas em que era demandado -

articulação com o poder público, assistência técnica através de oferecimento de diversos cursos para os agricultores e realização de diagnósticos sobre o uso da terra, fornecimento de sementes, facilitação para a entrada de novos produtos no mercado, etc. O que sabíamos, por hora, era que tratava-se de um projeto de extensão da UFU - campus Patos de Minas que procurava auxiliar e condicionar a estruturação da cadeia produtiva de fruticultura para agricultores familiares do Alto Parnaíba. Para tal, a oferta dos serviços supra mencionados seria executada pela parceria entre o projeto e a Secretaria de Agricultura de Patos de Minas, Sebrae - MG, Senar e Emater - MG, além da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

A nossa primeira reunião, que aconteceu na primeira hora em que estávamos na cidade (mais precisamente na sala do professor e posteriormente na sede do projeto na própria UFU), não corroborou a expectativa que tínhamos sobre o projeto. Sentados com o professor Peterson, coordenador dos projetos de extensão do campus, e com Victor Araújo, graduando em Engenharia de Alimentos e um dos idealizadores do projeto, tentamos entender em que fase o projeto estava, a medida em que os “eixos de atuação” iam sendo explanados. O POMAR, segundo eles, nasceu como projeto e hoje encontra-se em fase de programa, apoiado pela incubadora da UFU. Os eixos eram: mapeamento das demandas e dos produtores, análise de solo, projeto para 3 mini agroindústrias na cidade (distrito de Patos, Santana de Patos e Pilar) e publicação de dois editais - um do Siconv para realizar a parceria com o CEASA Patos e um do CNPQ para capacitação dos produtores. Foi enfatizado também o foco do projeto para a situação de “venda pós-porteira” dos produtos, ou seja, a produção e transformação dos produtos, enquanto era levantada a questão da importação de frutas em Patos, verificada por nós dias mais tarde ao analisar o resultado das entrevistas semiestruturadas com os produtores que comercializavam seus produtos no CEASA e na tradicional feira de pequenos agricultores na região central da cidade. Foram levantadas também a questão dos assentamentos na região (Frei Tito e 2 de novembro) e o papel de órgãos como o INCRA e a EMATER. Foi nos dito que os assentamentos têm, em média, 14/15 hectares; que as famílias geralmente não podem se inscrever no Pronaf por não terem o certificado de posse de terra do INCRA, e que a assessoria técnica nos assentamentos era precária, dado que a consultoria gratuita que deveria ser

realizada pela EMATER não era feita. Um fato curioso é que no site da EMATER consta, nos Programas e Ações do órgão, incentivo a cultura e fruticultura, além de uma atuação exclusiva dedicada a juventude rural e sucessão na agricultura familiar.

Foi logo nessa primeira reunião que pudemos começar a perceber que, mesmo que o projeto aparentasse ser um facilitador para que produtores pudessem diversificar e aumentar sua produção (e que, a priori, nossa experiência correria em torno da seguinte questão: “quais os impactos que o Projeto POMAR causou na vida dos agricultores familiares?”), naqueles próximos dias nós estaríamos imersos em uma realidade completamente complexa, constituída por inúmeros atores tanto do poder público (de níveis federal, estadual e municipal), como da sociedade civil, como do segundo setor, em que disputas eram travadas de acordo com defesas de interesses distintos; e perceber o desafio o qual o Estado brasileiro depara-se, que é, através de todas suas ramificações, atender a diferentes demandas de maneira igualitária, ou, no mínimo, proporcional. Foi nesse momento que vimos, na prática, a importância de um projeto de desenvolvimento (ao menos regional, se não nacional) que tenha caráter transversal e elementos que dialoguem entre si, que atue baseado num olhar panorâmico, que pondere a pluralidade e a necessidade de atender certas demandas e atingir certos objetivos simultaneamente, sem priorizar um ou outro; e que tenha objetivo de impacto de médio/longo prazo. Para complementar a nossa análise, fomos informados de que Patos de Minas estava em calamidade financeira decretada desde o começo do ano.

No segundo dia, nos encontramos com Rodrigo Aparecido Moraes de Souza, professor doutor de Engenharia de Alimentos, coordenador do Projeto POMAR. Rodrigo explicitou o foco de atuação do POMAR em três comunidades: os assentamentos Frei Tito e 2 de novembro e a comunidade da Baixadinha dos Gonçalves. No dia seguinte haveria uma reunião entre membros do POMAR e o secretário de Governo e interino de agricultura, Edno Brito, a respeito da concessão das dependências de um ex-restaurantes da prefeitura ao POMAR para sediar uma futura agroindústria, do lado do CEASA de Patos.

Feito isso, Rodrigo comentou conosco sobre dois episódios interessantes ocorridos: em 2002 em Patos, houve um boom de produção dos pequenos produtores após estímulo do poder público local, em que os produtos foram

estocados mas não houve vazão de vendas suficiente, de modo que culminou no desperdício e descarte dos produtos, devido a falta de conhecimento técnico por parte dos agricultores familiares sobre técnicas de produção, estoque, escoamento e vendas. Essa futura mini agroindústria seria o lugar em que produtos que foram produzidos em excesso poderiam ser transformados em outros produtos de valor agregado, como polpas, geleias, doces; evitando o desperdício e agregando valor ao processo produtivo; e sobre a construção de agroindústrias do grupo Votorantim com o Sebrae em João Pinheiro e Paracatu, projetos que tiveram êxito em acoplar pequenos agricultores ao processo produtivo. Fomos informados ainda sobre a construção de um Banco de Alimentos do lado das dependências do CEASA: ele serviria para receber, classificar, transformar e distribuir produtos/frutas que eventualmente sobrassem no CEASA. Nos foi dito também sobre um curso de capacitação realizado para os produtores da Baixadinha dos Gonçalves via SENAR.

No terceiro dia acompanhamos a reunião no gabinete da prefeitura de Patos a respeito da futura mini agroindústria em frente ao Ceasa. Estavam presentes dois diretores da Secretaria de Agricultura, o secretário interino Edno, o assessor de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura André Franco, Kleiber Ronan do SIM, Darlan, engenheiro agrônomo do POMAR, professor Rodrigo e Victor. Depois obtivemos o organograma e a descrição das competências da Secretaria de Agricultura e nos reunimos com o Professor Rodrigo, Darlan e Victor para alinhamento de ideias. A reunião discorreu sobre o fato de que o POMAR vinha, mais uma vez, com a solicitação de convênio para com a Prefeitura para que o espaço do restaurante fosse cedido. Esse processo não conseguiu ser concluído devido ao fato de que esse trâmite se arrasta desde a outra gestão da UFU: foi solicitado um modelo de convênio por parte da gestão passada, que chegou a um consenso com a gestão passada municipal. Neste momento ficou claro para nós a falta de alinhamento entre POMAR/UFU e Prefeitura, explicitando a carência do projeto na articulação entre os entes.

A tarde nos reunimos com o assessor André e os diretores João Paulo, de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e Fernando, de Indústria, Comércio e Serviços, ambos da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Infraestrutura Rural e Desenvolvimento Sustentável, para conversarmos sobre as propostas e proposições

a respeito da agricultura familiar no município por parte da Secretaria. Um fato relevante foi os três terem comentado sobre a transição de gestão municipal do ano de 2016 para 2017, em que praticamente todos os documentos foram perdidos num incêndio, deixando a Secretaria despreparada acerca de dados e levantamentos que pudessem embasar indicadores e políticas públicas. Sobre isso, nos foi indicado entrar em contato com o Sebrae para solicitar informações como número de famílias, de propriedades, de produtores, de produtores de leite na região, bem como dados de mercado, sobre a alegação de que seria a única instituição sob a posse de informações dessa natureza; refletindo a fragilidade e dificuldade do poder público local na administração de dados providenciais para formulação de políticas públicas decentes.

O POMAR não é efetivo. É por falta de vontade política?

A partir do momento que compreendemos que o projeto ainda não estava estruturado o suficiente para atender todas as complexas demandas as quais se submetia, passamos a questionar o motivo da falta de articulação entre a ideia em si e seus presumidos parceiros. A primeira hipótese que nos ocorreu para explicar tal ineficiência foi a da falta de vontade política das autoridades locais, em sua maioria pertencentes a uma classe historicamente dominante na cidade e detentoras de grandes lotes de terra na região. Direta ou indiretamente, o insucesso dos agricultores familiares, que seriam forçados a deixar o campo em busca de melhores oportunidades na cidade, facilitaria o processo de acumulação de propriedades e latifundiarização no entorno de Patos de Minas, fortalecendo ainda mais o círculo dominante.

Foi nesse momento em que nos debruçamos de forma mais enfática sobre a história da cidade, tentando compreender a origem histórica de suas nuances políticas. Através da consulta a materiais acadêmicos e da conversa com moradores locais, resgatamos a história das duas famílias que, desde a fundação do vilarejo, disputaram ferozmente o poder local: os Borges e os Maciéis. Dentre os inúmeros coronéis que passaram por Patos, o que mais nos chamou atenção foi, sem dúvida, Olegário Maciel. Engenheiro formado no Rio de Janeiro, Olegário desempenhou

uma carreira política exemplar para a época, tendo atingido o cargo de Presidente da Província de Minas Gerais - o equivalente a atual governador - por ter apoiado Getúlio Vargas no episódio de deposição de Washington Luís, durante a Revolução de 1930. Na região, Olegário Maciel é lembrado em forma de bustos, logradouros e por um museu, estabelecido em sua antiga casa na área nobre de Patos, além da cidade vizinha que denominou-se Presidente Olegário.

Para atestar a dominância de certas elites no poder regional, no entanto, não poderíamos olhar apenas para o passado. Assim, agendamos uma série de reuniões com políticos da cidade, em especial com vereadores. O primeiro entrevistado foi Chico Frechiani (DEM), professor de direito administrativo, ex-diretor da Universidade de Patos de Minas e atual presidente da Câmara dos Vereadores de Patos. A conversa, nesse sentido, foi importante para que compreendêssemos a dimensão do problema sob o qual estávamos imersos, abordando pontos como a dificuldade de prover educação rural de boa qualidade para todos os alunos e sobre como a cidade de Patos passou de uma economia basicamente agrária para uma relativa dependência ao setor de serviços - hoje, Patos é 92% urbana, o que, segundo ele, não torna o êxodo rural um grande problema para a região. Ele acredita que os jovens abandonam o campo pela facilidade de acesso ao distrito sede, e depois pela condução das políticas públicas distinta entre as comunidades rurais e os ambientes urbanos, exemplificada por ele pelas salas multisseriadas nas escolas rurais pela falta de alunos, o que compromete a qualidade do ensino e encarece o serviço. Considera um fenômeno positivo, como reflexo da procura por bons serviços, dada a ausência de serviços de qualidades nas zonas rurais; e que acarreta produtividade, não enxergando o fim da agricultura familiar como escassez de produção.

Outro fenômeno abordado foi o fato de os pequenos agricultores realizarem suas transações em dinheiro vivo, que não é taxado e, logo, não convertido para contribuição tributária, não havendo participação no PIB; relacionando-o com o fato de o “poder público alocar recursos para a circulação de dinheiro das zonas do interior”. Enfatizou ainda o orçamento de R\$405 milhões da cidade, cuja metade é folha salarial de servidor, demonstrando o grau de engessamento do poder público em produzir e implementar políticas públicas eficazes. Frechiani ainda foi indagado

sobre o serviço de saúde público, afirmando através de “uma opinião pessoal e não técnica”, que a criação de políticas que resgatem pessoal que precisam do serviço médico são “para inglês ver”, dado que a necessidade encontra-se em desenvolver e aumentar a capacidade dos hospitais. Questionado sobre a participação da população nas atuações do poder público e sobre consultas públicas, disse que não há mecanismos de captação das demandas do meio rural, que há apenas vereadores oriundos das zonas rurais e a maior demanda advinda desse meio é a melhoria (ou construção) de estradas.

Sobre os assentamentos, acredita que não possuem interesse em agricultura: “se é morador, paga-se x. Se não é, paga-se x+1. Não há estrutura em tecnologia, de conhecimento técnico e formação profissional, o que os torna improdutivos”. Destacou ainda a existência de uma única vara em Belo Horizonte para discussão de todas as questões de reforma agrária em Minas gerais. Analisando sob a ótica política, podemos considerar Chico um técnico que assumiu um cargo eletivo, estando, a priori, fora da nossa hipótese sobre a renovação das oligarquias no poder.

A surpresa, no entanto, se deu quando descobrimos que Chico Frechiani não atingiu, na verdade, o número de votos necessários para a sua eleição, tendo sido puxado através do coeficiente eleitoral por sua colega de partido, a ex-prefeita e também vereadora Béia Savassi. Nesse momento, a influência de Béia sobre a política local ficava ainda mais notável quando consideramos que, além de eleger o presidente da Câmara, o atual prefeito da cidade, José Eustáquio (DEM) tinha sido seu vice durante sua administração da prefeitura.

Assim, a próxima entrevista que fizemos foi justamente com a ex-prefeita, que nos recebeu em seu gabinete na Câmara. Durante a conversa tivemos a oportunidade de apresentar o projeto a vereadora, que se interessou pelo propósito e se dispôs imediatamente a utilizar sua influência para articular com os demais agentes públicos da cidade, demonstrando a boa vontade do poder público de cooperar com a causa. Ao mesmo tempo, nossa visão sobre a oligarquização do poder público local foi reforçada por dois aspectos: descobrimos, em primeiro lugar, que Béia é neta de Olegário Maciel, grande patrono da cidade. Em segundo lugar, nos foi revelado que outro grande cacique da cidade, o ex-prefeito e suplente no

Senado Elmiro Nascimento era, na verdade, irmão da Béia. O poder político na cidade de Patos de Minas estava, definitivamente, concentrado.

Dada a constatação da mentalidade individualista dos agricultores familiares, que os blindam do reconhecimento da importância da cooperação para aumento de produtividade e competitividade nos mercados locais e regionais, nos vimos no dever de entrar em contato com alguém da esfera das cooperativas. Assim, tivemos uma entrevista muito produtiva com Adriano Wagner Camargos, gerente comercial da cooperativa Coopatos, cooperativa mista patense com mais de 2500 cooperados, 60 anos de atuação e principal acionista da cooperativa mineira Cemil (Central Mineira de Laticínios). A cooperativa não possui um único eixo de atuação, isto é, é uma cooperativa mista. Deste modo, trabalha com leite, laticínios, queijos, rações, utensílios para atividades de agropecuária e agrotóxico. Para ser cooperado basta ser produtor rural, não necessariamente produtor de leite (apesar de 80% dos cooperados serem produtores de leite), e a adesão e saída são livres. Os maiores cooperados são produtores de grãos, evidenciando a existência de latifundiários em Patos e contradizendo as afirmações de Chico Frechiani. No que tange ao corpo organizacional, ocorre uma Assembleia Ordinária uma vez ao ano, além das extraordinárias convocadas uma vez ao mês. A Diretoria é composta por membros eleitos, e o Conselho Administrativo constituído pelo Presidente, Vice e conselheiros; além do Conselho Fiscal, composto por membros eleitos. Wagner nos contou sobre cursos de assistência técnica que são oferecidos pela Coopatos aos cooperados, confirmando a importância das formações técnica e profissional tanto nas atividades rurais como nas operacionais/organizacionais de uma cooperativa quando visa-se um desempenho exitoso.

Também tivemos a chance de participar de uma reunião entre Peterson, Rodrigo e Matheus, assessor do Reitor da UFU em Patos de Minas e ex-coordenador de graduação e pós graduação, acerca do andamento interno do processo de emissão do parecer por parte da UFU sobre o convênio com a prefeitura para a concessão do espaço para mini agroindústria. Deste modo, pudemos verificar a dificuldade de envolver dois corpos burocráticos (Prefeitura e Universidade Federal) em um projeto sem alinhamento. O projeto já estava estagnado há tempos, e a falta de articulação e dependência do campus de Patos

frente a UFU - Uberlândia postergava ainda mais o processo. Foi sugerida pelo professor Rodrigo uma parceria alinhada a Faculdade de Engenharia Química do campus de Uberlândia, cujo repasse equivale a 10% do orçamento da reitoria de extensão. O professor Peterson chegou a afirmar que a vontade da gestão atual da reitoria comparada a antecessora é incomparável. Matheus após muito conversar com Helder, pró-reitor de extensão, teve a permissão de emitir um parecer enquanto a procuradoria não emitira o parecer oficial para que o convênio fosse protocolado na prefeitura.

No final dessa nova bateria de reuniões e entrevistas, mais alguns pontos foram elucidados e mais algumas constatações foram feitas. A primeira é que cada vez confirmava-se mais o fato de os pequenos produtores possuírem mentalidades individualistas e não possuírem nenhum tipo de interesse em cooperar com vizinhos, a fim de aumentar e diversificar suas produções. Como causa disso, considerávamos a falta de instrução, o não reconhecimento da importância dessa prática. Um segundo ponto levantado foi o fato de verificarmos uma falta de qualidade de gestão organizacional dentro do próprio POMAR, que resultou numa má articulação entre o projeto e os parceiros firmados: os parceiros aparentavam serem apenas “de fachada” e, sem oferecer nada concreto, o POMAR acabava por ser um projeto muito bonito na teoria, mas inviável na prática (pelo menos do modo que estava estruturado), o que culminou na inação dos parceiros e engessamento do projeto.

Por outro lado, ficou mais claro o modo como o poder público local estruturava-se para atender a - certas - demandas. Dentre as competências da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Infraestrutura Rural e Desenvolvimento Sustentável, destacam-se:

II- elaborar e executar planos e projetos para a expansão dos setores agrícola, pecuária e de abastecimento do município;

III- apoiar as micro unidades de produção agropecuária através da assistência técnica e viabilização de recursos financeiros;

IV- articular-se com órgãos e entidades federais, estaduais e outras, visando a consecução de recursos para implantação de projetos voltados para apoio e expansão das atividades agrícolas, pecuárias e de abastecimento;

X- elaborar e propor programas para fixação do homem no campo;

XI- propiciar cursos e treinamentos para famílias rurais, objetivando o desenvolvimento de suas atividades;

XII- apoiar os produtores rurais e pecuaristas no escoamento e comercialização de suas produções;

XIV- formular, elaborar e implementar projetos estratégicos de desenvolvimento local bem como a coordenação e a implementação de ações de estímulo e apoio ao desenvolvimento dos setores produtivos nas áreas da agropecuária, da indústria, do comércio, dos serviços e do turismo;

XV- promover o investimento na melhoria dos ambientes, institucional e organizacional, com vistas a estimular interesses de empreendedores e promover a atração de investimentos para o município;

XVI- promover a estruturação de sistemas locais de produção integrada tendo como finalidade a diversificação produtiva, o fortalecimento do sistema agroindustrial e o desenvolvimento de produtos de alto valor agregado e do acesso ao mercado;

XXIV- formular e implementar projetos para incentivar empreendimentos produtivos que envolvam a comunidade científica e acadêmica local, para estabelecimento de parcerias no sentido de aplicação de ciência e tecnologia para aperfeiçoar, modernizar e racionalizar os processos de produção;

XXXVII- promover o incentivo e a orientação ao associativismo e ao cooperativismo, mediante apoio a criação de organismos e promoção de cursos, palestra e eventos afins;

E dentre as competências atribuídas à Comissão Permanente de Abastecimento, Indústria, Comércio, Agropecuária e Defesa do Consumidor da Câmara dos Vereadores de Patos de Minas, destaca-se o item de “manter intercâmbio e formas de ação conjunta com órgãos públicos e instituições particulares”.

Dadas as colocações, pode-se concluir que o insucesso do Projeto POMAR é fruto de fracassos dos dois protagonistas da situação: por um lado, a incapacidade da equipe do Projeto de construir e oferecer uma proposta concreta e verossímil com a realidade, que mostrasse o potencial do projeto e os possíveis ganhos para a sociedade e o poder público, distanciou os parceiros e estagnou o projeto. Em

contrapartida, o poder público local, em especial a Secretaria de Agricultura, dispõe de um grande respaldo jurídico-legal para produzir, implementar e gerir políticas públicas para atender as demandas levantadas. O POMAR insere-se no contexto como um facilitador para aqueles que produzem políticas públicas na pasta em questão, mas é necessária vontade política para que ele seja executado.

Por último, é necessário entender o não alinhamento/ a desarmonia entre as ações/proposições/competências das diferentes pastas da prefeitura, o que reflete uma ausência de um plano de governo integrado e desenvolvimentista - consequência da falta de mão de obra qualificada nos cargos mais altos, fruto do clientelismo e funcionalismo público, que vitimiza principalmente as gestões municipais das menores cidades do país.

O êxodo rural realmente existe? Ele é ruim?

Quando percebemos que o trabalho do Projeto POMAR era ainda muito incipiente, começamos a questionar até mesmo os motivos da sua existência. Nesse momento já havíamos percebido que, para além do simples aumento da renda dos produtores, a intenção final do projeto era a de justamente evitar o êxodo rural na região. Mas essa percepção carregava o questionamento inerente sobre a natureza do êxodo rural, explicado por teóricos como um processo natural do capitalismo e que não poderia ser tratado, portanto, como grande problema.

Dados do censo de 2010 apontam que apenas 15,6% da população brasileira encontra-se no campo. Na década de 1940, período que antecedia a urbanização e o desenvolvimento do parque industrial brasileiro, 68% dos brasileiros moravam e subsistiam em áreas agrícolas. Esse processo de migração rumo à cidade acontece portanto de forma regular e sistemática desde meados do século XX, mantendo características semelhantes para o movimento semelhante testemunhado durante o século XXI.

O êxodo rural é causado, em grande parte, pela concentração da produção. Segundo o Censo Agropecuário de 2006, no Brasil 9,7% dos estabelecimentos foram responsáveis por 86,4% do Valor Bruto da Produção Agrícola (VBP), enquanto os 70,6% proprietários da base da pirâmide produziram apenas 3,4% do PIB

agrícola no país. A concentração da produção, por sua vez, tem causas que se alteraram drasticamente na última década, ultrapassando a concepção histórica da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) de que a produção é pautada basicamente pela disponibilidade de terra e trabalho. Segundo Alves (2006):

“[...] a modernização da agricultura é a principal causa da concentração da produção. A outra face da moeda diz também que a exclusão de milhares de agricultores da modernização da agricultura é causa principal da elevadíssima concentração da VBP. Na luta por melhor distribuição de renda no meio rural, não há como escapar da inclusão de milhões de agricultores na agricultura moderna. Outro caminho, quem sabe inevitável, é deixá-los migrar para a cidade.”

4.4. A cidade talvez seja melhor. Mas o que fazer com o campo?

No seio de toda análise apresentada neste relatório está a dualidade, sempre constante no imaginário popular, entre os pequenos agricultores familiares e os grandes proprietários rurais, conhecidos como latifundiários. A visão que contrasta as duas formas de produção carrega consigo a interpretação de que o campo é não só atrasado em relação à cidade como a ideia de que a latifundiáriação é na verdade um movimento de avanço do capitalismo sobre a área rural. Segundo Kageyama (1996), a integração da agricultura ao movimento geral da economia se deu principalmente pela busca de financiamento para a produção de grande escala, no esforço por aumento da competitividade que foi batizado pelo autor de integração de capitais.

No contexto brasileiro, a discussão envolve de forma mais enfática a disputa por recursos governamentais e tem, principalmente, um forte caráter socioeconômico embutido. De acordo com Engelbrecht (2011):

“Ao se avaliar as vantagens da agricultura familiar sobre o modelo agro-exportador, constata-se que o primeiro modelo, além de possuir um caráter mais distributivo do ponto de vista social, apresenta práticas ambientais mais sustentáveis. Veiga (1998), ao defender diretrizes para uma nova política agrária que privilegie a agricultura familiar, mostra que esta forma de organização da produção

agropecuária é superior ao modelo agro-exportador em vários aspectos. Argumenta, ainda, que se além da dimensão alocativa, a dimensão distributiva também estiver presente na avaliação da eficiência econômica, “a agricultura familiar brasileira mostra-se superior à patronal, apesar do desprezo do que foi vítima nos últimos 150 anos.”

A visão que atesta a eficiência econômica das pequenas propriedades é confirmada. Segundo Silva (2010), o agronegócio possui 70% da área agricultável no Brasil, recebe 90% do financiamento público e produz 50% dos alimentos. Nem de longe tão favorecidos, os pequenos produtores são responsáveis por 50% da produção nacional de alimentos recebendo 10% dos recursos e tendo disponível menos da metade dos 300 milhões de hectares dos grandes produtores.

A superioridade na alocação e distribuição de recursos dos pequenos produtores não garante, no entanto, que o movimento de capitalização do campo não avance. Segundo Jank (2005), o agronegócio é um marco conceitual em que todos os agentes produtores inevitavelmente devem se inserir, “sejam eles pequenos ou grandes produtores, agricultores familiares ou patronais, fazendeiros ou assentados”. A visão de que o agronegócio naturalmente suplantará a produção familiar num processo natural do capitalismo foi corroborada, por entre outros consultados pela dupla durante a pesquisa de campo, pelo professor de economia da FGV Marcos Fernandes.

Segundo Fernandes, os formuladores de políticas públicas não deveriam se preocupar tão intensamente em interromper ou evitar a ocorrência do êxodo rural, mas em criar melhores condições do poder público de responder à nova realidade que se desenha. Tal visão não possuía correspondência pelos integrantes do Projeto POMAR, que enxergam na produção familiar uma forma mais sustentável e equilibrada de produção rural. A equipe não deixava de considerar, ao mesmo tempo, a capacidade de coexistência entre os regimes de produção familiar e os latifundiários.

Segundo eles, a polarização é, na verdade, um falso dilema criado por narrativas de facções políticas rivais que buscam recursos no Estado e estão, por isso, em constante desqualificação recíproca. Nesse sentido, a existência dos dois regimes seria então complementar, sendo um destinado ao abastecimento do

mercado interno, enquanto o outro é responsável por impulsionar a capacidade exportadora do Brasil. Como arremata Engelbrecht:

“A realidade da agricultura brasileira aponta para a necessidade de coexistência dos dois modelos, já que os dois se revestem de grande importância para a economia brasileira, quer pelo papel desempenhado pela agricultura familiar na produção de alimentos e por suas externalidades econômicas, sociais e ambientais, quer pela contribuição do setor agro-exportador tanto na geração de divisas para o equilíbrio macroeconômico, quanto para o desenvolvimento territorial brasileiro.”

Tivemos a oportunidade de entrevistar Carlos Eduardo, sócio da destilaria Leblon. Carlos é membro da comunidade de Baixadinha dos Gonçalves, implementou um sistema de cadeia fechada 100% sustentável na produção de sua cachaça (que culminou na venda da Leblon para a líder global no segmento Bacardi) e possui MBA em agribusiness pela FGV, o que o garantiu conhecimento suficiente para aplicar na Leblon. A conversa com Carlos foi extremamente enriquecedora pois tivemos a oportunidade de ouvir o relato de alguém com conhecimento de causa, com experiência no assunto, com formação acadêmica e que é engajado na temática de desenvolvimento local. Por conta do sucesso da destilaria, Carlos conheceu figuras importantes da cidade, o que legitima e comprova suas falas. Dentre elas, destaca-se o “problema de gestão pública: incapacidade em planejar-se e formular políticas públicas de desenvolvimento rural e urbano”. Ele comentou sobre os assentamentos serem sustentados pelos repasses dos fundos do governo federal, pelas contribuições sindicais e etc, destacando clara preferência pelas comunidades, vide Baixadinha dos Gonçalves, dada a forma de organização e o não tangenciamento da finalidade do exercício de organizar-se, que é a defesa dos interesses coletivos: exemplificou que os recursos dos assentamentos são mal geridos, usados para outros fins que não beneficiar as famílias dos assentamentos.

A visão de Carlos acerca da produção do polvilho foi algo bastante interessante: afirmou que os produtores da região sabem plantar, colher e produzir, mas não sabem transformar, agregar valor, o que torna o polvilho do norte do Paraná mais competitivo e vencedor no mercado, mesmo que de qualidade inferior,

afinal, atende aos padrões exigidos pelas agências reguladoras brasileiras. Deste modo, há produtores que estão diminuindo a produção por não buscarem novas alternativas de produção e venda, enquanto os que tentam levar seus produtos para as etapas finais da cadeia obtém êxito, indo até feiras para comercialização e diversificando a produção (como doces). Destacou ainda a falta de microcréditos específicos para condicionar e fortalecer o pequeno agricultor.

Outro assunto abordado na entrevista foi a inserção da tecnologia e dos jovens no processo produtivo. Segundo Carlos, as empresas trazem o caráter comercial às unidades produtivas embutidas com inovações em tecnologias (não necessariamente benéficas aos pequenos produtores); e que, em contrapartida, os jovens, através da formação em escolas agrícolas e escolas técnicas, são responsáveis por trazer o conhecimento tecnológico e inovador aos pequenos produtores, condicionando-os a terem mais controle e influência na cadeia produtiva, tornando o processo produtivo menos custoso e os produtores mais competitivos. Comentou também sobre a questão da juventude e da falta de interesse em permanecer no campo.

Por último, ele nos contou que tem preferência em empregar pessoas que sejam oriundas da Baixadinha, nos contou sobre as doações que realizou para a reforma da capela da comunidade e para a construção do posto de saúde. Outro ponto relevante foi o fato de ter ressaltado a mentalidade individualista entre os moradores da comunidade: a mentalidade coletivista só é manifestada nos momentos religiosos e tradicionais. Para exemplificar, nos contou que a comunidade foi criada em meio a um cenário de crise, onde todos os vizinhos sustentavam-se da monocultura, mais especificamente do polvilho/mandioca, e uma peste acabou por devastar todas as plantações, impossibilitando as famílias de produzirem. Sem saída, os vizinhos se organizaram através da comunidade e conseguiram inclusive a compra de dois tratores, que serviram como fonte de renda da comunidade e aumentaram a produtividade. Comentou ainda o fato de que há assentamentos que são coordenados por membros da mesma família, e os tratores que deveriam ser usados em prol da comunidade, são utilizados para alguns em específico.

Políticas públicas para o desenvolvimento de uma classe média rural no Brasil

A construção de um produtivismo incluyente (UNGER, 2004) que vise democratizar a economia pelo lado da oferta é um dos grandes pilares para a construção de uma classe média rural no Brasil. De fato, como atestado pela dupla não há, ao menos na região de Patos de Minas, um grupo social educado e preparado para se manter no campo com perspectiva de elevação da sua renda e de sua qualidade de vida. O resultado da inexistência de políticas públicas nesse sentido é a convergência da vida rural brasileira ao padrão contemporâneo europeu: pequenas propriedades rurais, muitas vezes diminutas demais para gerar renda suficiente à manutenção da família, passam a ser improdutivas pelo efeito do desalento (SILVEIRA, 2009).

Nesse sentido, podemos atestar que, para além do incremento na renda, um dos principais mecanismos capazes de manter famílias na região rural é o fornecimento de infraestrutura e comodidades comuns na cidade também ao campo. O movimento de “urbanização do campo”, nesse sentido, engloba a construção de estradas e o provimento de serviços públicos básicos como saúde, educação e segurança em patamares semelhantes ao urbano.

Como componentes mais contemporâneos das demandas rurais estão as demandas dos mais jovens, que em um mundo globalizado e conectado digitalmente tendem a caminhar rumo à padronização dos estilos de vida e costumes. Prover mais oportunidades de lazer é, assim, uma dos meios mais eficazes de tornar o meio rural atraente também às futuras gerações. Tal hipótese foi pela dupla corroborada através da pesquisa semi-estruturada aplicada no CEASA de Patos de Minas, em que 96% dos entrevistados, todos moradores da região rural, afirmaram não ser o campo capaz de prover lazer satisfatório aos jovens.

Além da projeção de padrão de vida ideal construída pelos jovens - que dificilmente pode ser revertida pelo poder público, o governo pode sim investir na formação de uma classe média rural, educada para além do enciclopedismo tradicional das escolas públicas brasileiras de forma a desenvolver habilidades e capacidades de atuação no seu universo rural com maior propensão à inovação e superação de desafios cotidianos. Um exemplo bem sucedido de política pública

neste sentido pode ser observado na Casa Familiar Rural, iniciativa do governo paranaense que busca, explicitamente, “educar pessoas no campo para manterem-se no campo”. A Casa Familiar Rural procura capacitar e condicionar o jovem para uma vida exitosa e produtiva no campo, a medida em que busca valorizar e manter a identidade e o modo de vida rural, virando referência em política pública educacional.

Patos de Minas, nesse sentido, é de certa forma privilegiada pela detenção de uma das apenas duas escolas agrárias no estado de Minas Gerais. Visitada pela dupla, a Escola Agrotécnica Afonso de Queiroz encontra-se em ambiente rural e possui uma grade curricular mista que envolve, no período da manhã, as disciplinas tradicionais do Ensino Médio, sob as diretrizes do MEC, e no período da tarde disciplinas do curso técnico, como oficinas práticas para atuação cotidiana do campo (como agronomia, mecanização agrícola, irrigação e drenagem do solo, administração rural, gestão de propriedade, solos e topografia, zootecnia...) . A escola, que hoje abriga 180 alunos, não possui mensuração sistemática do encaminhamento dos alunos após a conclusão do três anos de curso, mas alega, nas palavras do diretor, que ao menos 50% dos formandos de cada turma passam a atuar imediatamente no campo, em geral em médias e grandes propriedades na forma de mão-de-obra assalariada.

Para além da educação agrária e do melhor provimento de serviços públicos, a dupla constatou que a geração de um padrão satisfatório de renda - e acima da média das cidades - é, sem dúvida, o grande responsável por manter a ocupação rural das famílias. Nesse sentido, a conversa com pequenos produtores e com agentes da prefeitura permitiu à dupla diagnosticar o que o Projeto POMAR, em um dos seus pilares de atuação, já havia notado: há grande dificuldade dos pequenos produtores de escoar sua produção.

Não obstante, os pequenos agricultores possuem reiteradas dificuldades na busca dos mais diferentes aspectos que podem catalisar sua produção: na busca por financiamento, na realização de estudos de mercado, na compra de sementes, na adequação do solo às culturas com propriedade científica, etc. Assim, alinhando-se com o esforço de democratização da economia pelo lado da oferta, a dupla enxerga na associação cooperativa a forma mais sustentável e eficaz de

buscar eficiência por parte dos produtores familiares. O cooperativismo, como forma de romper a individualidade no combate aos desafios cotidianos enfrentados por um grupo relativamente homogêneo, possui respaldo experimental bem-sucedido no Brasil, com destaque para o estado do Paraná, onde as cooperativas dominam grande parte de produção rural.

“De acordo com OCEPAR (2004), Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná, hoje o país conta com 7.355 cooperativas distribuídas nos diversos ramos, possuindo 5.762 milhões de cooperados, gerando diretamente, aproximadamente 182 mil empregos. Sem resquícios de dúvidas, o cooperativismo é para o país hoje uma importante força econômica responsável pelo equivalente a 6% do PIB.”
(MENEGON, 2006)

O cooperativismo, no entanto, é frequentemente confundido com o ato de cooperar - esse, natural ao ser humano e sem datação histórica. Na época moderna, os principais registros filosóficos sobre a criação de cooperativas estão inseridos nas correntes de pensamento do socialismo utópico, notavelmente trabalhados por Robert Owen (1771-1858) e Charles Fourier (1772-1837). A possibilidade de cooperação entre o proletariado representava, assim, uma alternativa às bases institucionais do capitalismo tradicional, calcado nas companhias privadas e na busca da mais-valia.

Em 1844, um movimento pioneiro de cooperativismo teve sua experiência no bairro de Rochdale-Manchester, na Inglaterra. Através da união de 28 operários, montou-se uma estrutura de compartilhamento que, em dez anos, atingiu mais de 1.400 cooperados. Os Pioneiros de Rochdale, como ficaram conhecidos, legaram ao mundo moderno princípios que tomaram como base do movimento cooperativista e que regem até hoje suas bases morais e de conduta, creditados internacionalmente pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI).

No contexto de Patos de Minas, a experiência de cooperativas já domina alguns setores expressivos da produção agrária, em especial a produção de leite, na forma das organizações como a cooperativa mista Coopatos. Segundo agentes

públicos que lidam diretamente com os produtores rurais, no entanto, a organização e compartilhamento de conhecimento entre os produtores rurais não é frequente e ocorre, quase que por exceção, quando o assunto é religião. De acordo com eles, o produtor rural é “desconfiado” e guiado por uma orientação altamente individualista na condução dos seus negócios. A disseminação do ímpeto cooperativista, nesse sentido, deve ser um dos objetivos da Escola Agrária, que por sinal já adota uma disciplina com o mesmo nome, ao menos em Patos.

Segundo Alchian (1984), uma coalizão existe quando detentores de recursos concordam em controlar ou restringir suas futuras ações para obter retornos maiores do que aqueles que seriam obtidos sem essa cooperação. Para Borda (1972), “desenvolver atividades coletivas implica organização, planejamentos, objetivos e riscos comuns de um grande número de pessoas que dificilmente conseguiriam obter resultados expressivos sozinhos”.

Como sintetiza brilhantemente Costa (2007):

"Primeiro, isso é claro, a cooperativa poderia ajudar seus membros a atingir produção em escala através do fornecimento de itens necessários a todos os integrantes em uma fábrica central. Segundo, a posição de mercado dos membros de uma cooperativa iria melhorar se as compras e vendas fossem feitas através de um escritório central, ao invés de se fazer isso individualmente".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise prismada do contexto de Patos de Minas presente neste relatório é resultado de uma pesquisa de campo que alterou seu foco dezenas de vezes, sempre caminhando no sentido de uma interpretação mais completa e verossímil da realidade patense. Como ponto de partida, o Projeto POMAR, que balizou nossa visão sobre o objeto de estudo, faz um diagnóstico exato da realidade local. O êxodo rural realmente ocorre, é ocasionado pela flutuação na renda das famílias e tende a facilitar o processo de acumulação fundiária, inócuo do ponto de vista da eficiência econômica e concentrador de renda do ponto de vista social.

O movimento do projeto no sentido de substituir o aparato público no esforço de uma racionalização equalizadora do campo esbarra, no entanto, na insuficiência de seus recursos financeiros, na ausência de capital político para consolidar articulações e na limitação de capital humano para o montante de ações que se faz necessário executar. As ideias do projeto Pomar, por outro lado, servem como vanguarda política de um processo protagonizado pela sociedade civil e pela academia que visa chamar atenção do poder público e da sociedade em geral para o campo, em especial para os pequenos produtores rurais, historicamente deixados à margem das grandes políticas e desconexos de qualquer projeto de desenvolvimento nacional já colocado em prática no Brasil.

Assim, a dupla enxerga na formação de uma classe média rural no país a alternativa eficaz para manutenção das famílias no campo, preservando sua cultura, o modelo de produção distributivista e evitando os efeitos colaterais causados por um êxodo rural desordenado. A constituição dessa nova classe seria portanto alicerçada numa educação que fuja aos padrões enciclopédicos do ensino tradicional brasileiro e na formação de cooperativas rurais, capazes de, entre as demais facilidades, aumentar a renda da população do campo.

Para tanto, a realidade de Patos de Minas impõe o enfrentamento de uma agenda de empecilhos de curto, médio e longo-prazo. A primeira questão - e mais imediata - tem seu cerne no financiamento do projeto, dado que atualmente os entes federativos, a UFU e os próprios produtores não dispõem de recursos para o investimento inicial. Ao mesmo tempo, o grave entrave burocrático gerado pela sobreposição de políticas públicas - e de competências por diferentes órgãos - e pela falta de uma diretriz central e convergente nos diversos órgãos governamentais impede que o projeto evolua. Por último, a problemática mais profunda se enraíza na conformidade popular de um campo atrasado e dependente em relação ao meio rural, inapto a ser espaço de experimentalismo e que só possui valor quando altamente capitalizado.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. **Agricultura familiar no Brasil**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro> Acesso em 12/09/2017.

BRASIL. **Plano Safra da Agricultura Familiar 2016/2017**. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_21/1%20-%20Cr%C3%A9dito%20Rural%20Pronaf%20Safra%202016-2017.pdf Acesso em 25/09/2017.

BRASIL. **Plano Safra da Agricultura Familiar 2016/2017**. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_21/1%20-%20Cr%C3%A9dito%20Rural%20Pronaf%20Safra%202016-2017.pdf Acesso em 25/09/2017.

<<http://alpha.unipam.edu.br/documents/18125/25386/entre_borges_e_macieis.pdf.>> DA SILVA, Rosa Maria Ferreira. Entre Borges e Maciéis: aspectos do processo de construção da cidade republicana no interior de Minas Gerais. Cidade de Patos, 1870-1933. **Doutorado em História Social**. Uberlândia, 2011.

COSTA, Luciano Souza. O cooperativismo: uma reflexão teórica. **Revista Ciências Sociais em Perspectiva**. v.6, n.11, 2006, p.55-64.

<<<http://www.jstor.org/stable/pdf/40750872.pdf?refreqid=excelsior:965303b72af44053cef45e863dafb2fe>>> BONUS, Holger. The cooperative association as a Business Enterprise: a study in the Economics of Transaction. **Jornal of Institutional and Theoretical Economics (JITE)**. v.142, 1986, p.3-9.

<<<http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia/article/viewFile/30/23>>>
>SALES, João Eder. Cooperativismo: Origem e Evolução. p.23-30.

<<<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/910778/1/Exodoesuacontribuicao.pdf>>> ALVES, Eliseu. Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010. **Revista de Política Agrícola**. v.2, 2011, p. 1-9. .

<<http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/O_novo_rural_brasileiro.pdf>> DA SILVA, José Granziano. O Novo Rural Brasileiro. **Revista Nova Economia**. Belo Horizonte, 1997. p.43-81.